

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ATA DE REUNIÃO

N° 01 dein. 25		<u> </u>	ATA DE REUNIAU	
P 12 00 000	Data	21 e 25 d	21 e 25 de junho de 2018.	
Reunião COGEST Resultados Estratégic	Hora	9h às 12h.		
		Sala de Reuniões n.º 302.		
No	me/Unida	de dos Pa	articipantes	
Isabela Landim (Dire	tora-Geral))	George Maciel (Secretário da STIC)	
Teresa Lima (Secretário da SA)			Antônio Nascimento (Secretário da SGP)	
Maurício Filho (Secretário da SOF)		OF)	Ana Cristina Vieira (Assessora da ASPLAN)	
Roberta Lins (Secretária da SCI em exercício, observadora)		em	Sabino Lins (Chefe de Seção da CRE)	
Eduardo Japiassu (Coordenador da EJE)		r da	Ricardo Basto (Representante da ASSEG)	
Marco Barbosa (Ouvi	doria)		Jane Leite (Secretária da SJ)	
Saulo Moreira (Assess	Saulo Moreira (Assessor da ASCOM)			
1- Tópicos da Pauta				
Pauta A	Apresentação de Resultados Estratégicos			
Apresentação do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas	 Apresentada pela SGP as diretrizes para o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas - Anexo ao SEI 0015388-89 (doc.0655007), a qual foi validada pelo COGEST. A proposta de planejamento será apresentada ao Presidente para análise e aprovação na próxima semana; Ressaltada que as diretrizes estratégicas estão alinhadas às diretrizes estabelecidas pelos requisitos de governança do Tribunal de Contas da União 			
Informações sobre os indicadores	 (TCU) e pela Política de Gestão de Pessoas do CNJ - Resolução CNJ nº 240/2016. Registrado pela SGP que, em virtude do planejamento estratégico institucional de gestão de pessoas não está aprovado, houve prejuízo na mensuração dos 			

Nº ordem: 25

estratégicos de Gestão de Pessoas	indicadores estratégicos sob responsabilidade da SGP para o 1º quadrimestre. Os dados dos indicadores serão mensurados a partir do 2º quadrimestre.
ID01 - Índice de satisfação do cidadão ID1B - Índice de satisfação das solicitações destinadas à Ouvidoria Institucional (SEI 0014874-38)	 Não foram apresentados os resultados referentes aos indicadores da Ouvidoria, justificado pelo atual gestor pela ausência de informações para subsidiar a apresentação, decorrente da mudança de gestão; Deverá ser avaliado pela DG e SGP a implantação de prática para assegurar o registro e o repasse das informações sob responsabilidade do gestor em decorrência de afastamentos programados e não programados (sucessão de gestão); Ressaltada pela ASPLAN a necessidade do atual assistente da Ouvidoria se apropriar das informações relacionadas às pesquisas que subsidiam os resultados dos indicadores, cujas informações são críticas para a elaboração do Relatório de Tomada de Contas Anual do TCU; Os resultados dos indicadores (dados estatísticos e análise crítica) devem ser apresentados pela
	assistência técnica da Ouvidoria na reunião do COGEST agendada para o dia 10/jul.
	 Apontada a importância do indicador, por subsidiar o cumprimento de Meta Nacional Específica do CNJ; Ressaltada pela EJE a necessidade de ampliação do escopo do indicador, com a inclusão de ações relacionadas à cidadania, em virtude de deliberação no Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais. A EJE deverá apresentar a proposta do novo indicador até o dia 29/jun. A ASPLAN encaminhará modelo à EJE até o dia 25/jun;
	 A EJE apresentou as metas distribuídas por quadrimestre e por projeto, registrado como melhoria da análise crítica em relação a anos anteriores; Devem ser incluídos na análise crítica do indicador os
ID02 - Quantitativo de pessoas	 parâmetros utilizados para distribuição das metas quadrimestralmente; Foi solicitado pela ASPLAN e formalizado através de

beneficiadas pelas ações institucionais da EJE (SEI 0014954-03)

de SEI específico a necessidade de análise crítica da iniciativa estratégica para alinhar as ações às metas estabelecidas para o indicador. Prazo: 6/jul;

No 1º quadrimestre foi atingido o índice de alcance de 77% da meta estabelecida para o ano. Em decorrência do período eleitoral, as ações são realizadas prioritariamente no 1º quadrimestre do ano;

	 Deverá ser avaliado entre a EJE e a CRE ações para estímulo para participação do projeto de novos mesários e definição de critérios para aproveitamento dos mesários voluntários para o período eleitoral. Deliberado como proposta pelo COGEST a utilização de 25% de mesários inscritos no "Projeto Mesários Voluntários". Prazo: apresentar plano de ação até o dia 6/jul; Deverá ser apresentada na próxima análise crítica do indicador o resultado por projeto.
ID03A - Índice de aderência de requisitos da Política de Acesso à Informação do Poder Judiciário Nacional (SEI 0014959-25)	 Dos 32 requisitos previstos, 27 foram cumpridos, gerando o resultado de 84% de cumprimento; A ASCOM deverá definir as metas por quadrimestre para 2018 e rever as ações e prazos previstos no plano de ação.
Análise Crítica do Processo de Gestão de Resultados dos Indicadores Estratégicos (SEI 0014833-72)	 Necessidade de formalização da rotina de trabalho, com definição clara de atribuições e responsabilidades sobre a gestão das informações e dos resultados; Acompanhamento, no mínimo, mensal dos resultados dos indicadores estratégicos, como forma de atuar proativamente nas correções e construir informações que permitam a decisão da Alta Gestão; Disseminação de informações para compreensão da sistemática e da responsabilidade das pessoas envolvidas; Divulgação dos resultados e os benefícios gerados; Estruturação de modelo de reconhecimento para gestores que atuam proativamente e com a qualidade nas informações; Foi deliberado pela alteração da Portaria 708, que passará a definir a realização das reuniões dos
	 passara a definir a realização das redifices dos comitês setoriais com periodiciade semanal e acompanahmento de indicadores estratégicos com frequência mensal; Validado pelo COGEST a estruturação de um modelo de reconhecimento para unidades que atuam proativamente e com a qualidade nas informações.
	 A Portaria 1249 estabelece os requisitos de governança judiciária; Apresentado o ranking nacional de Governança e Gestão Pública de 2017, elaborado pelo TCU - Anexo ao SEI 0014965-32 (doc 0654970);

ID04 - Índice de atendimento aos requisitos de governança judiciária (SEI 0014965-32)	 Os gestores dos segmentos deverão coordenar a análise crítica dos requisitos propostos e do planejamento de implantação dos requisitos de governança. Prazo: 17/jul; Formalizar a rotina para planejamento e monitoramento da implantação de governança. Prazo: Set/18; Fica agendada a apresentação do diagnóstico de governança do ano de 2018 para o dia 29/jun, às 9h; Ficam previamente agendadas as reuniões do COGEST para as terças-feiras, de 9h às 12h, reuniões Administrativas para as terças-feiras, de 13h às 15h e reuniões dos comitês executivos setoriais para as quartas-feiras, de 9h às 12h. Apresentação anexada ao SEI 0014965-32 (doc.0654970);
ID07 - Índice de desempenho das iniciativas corporativas (SEI 0014965-32)	 Apontada a dificuldade de levantamento dos dados no 1º quadrimestre, em face da necessidade de reestruturação formal da unidade de acompanhamento das iniciativas estratégicas; Os prazos para levantamento dos dados no 2º quadrimestre estão definidos; Apresentação anexada ao SEI 0014965-32 (doc.0654970).
Processo participativo para Construção das Metas Nacionais de 2019 (SEI nº 0017587- 84.2018)	 Houve a apresentação dos resultados do processo participativo no âmbito do estado de Pernambuco, por parte da ASPLAN, cujos registros estão sendo realizados através do SEI 0017587-84.2018.6.17.8000; Por decisão do Presidente.serão apresentadas como propostas de metas pelo TRE-PE as temáticas: "Ações voltadas para disseminar a segurança do processo de votação" e para a temática "Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade" ações voltadas para a ampliação dos projetos de fomentação à consciência cristã.
	 Foi reforçado pela SCI que os indicadores têm a finalidade de prover o acompanhamento de atendimento às determinações decorrentes de auditoria interna e da elaboração do plano de ação decorrente para cumprimento das respectivas determinações; Foi identificado um baixo índice de atendimento às determinações de auditoria nas áreas de pessoas e de gestão. Em decorrência de tal fato, foi deliberado que

	o COGEST:	
ID05 - Índice de atendimento das determinações de auditoria institucionais (SEI 0015550-84)	 Deve incluir na pauta mensal de reuniões a realização do monitoramento de atendimento às recomendações; 	
	 Reforçar junto aos gestores a necessidade de apresentação de respostas objetivas para facilitar a compreensão quanto ao atendimento; 	
	 A SCI vai enfatizar junto às unidades a necessidade de resposta às determinações pendentes, as quais devem apresentar suas justificativas em reunião do COGEST até o dia 3/jul; 	
	 Prover a integração de informação entre o SEI de realização de auditoria e o SIM de monitoramento; 	
	 Toda a modificação de prazo deve ser submetida e ratificada pela SCI, a qual analisará os impactos pela dilação do prazo na auditoria realizada e no resultado do indicador. 	
ID05A - Índice de cumprimento, pelas unidades auditadas, dos planos de ação oriundos das determinações de auditoria, fiscalizações e inspeções (SEI 0015550-84)	 Apresentado o resultado do indicador, no qual constou apenas um plano de ação, sob responsabilidade da STIC, o qual foi integralmente cumprido. 	
ID11 - Índice de cumprimento do Plano de Trabalho de Segurança	 Foi prejudicada a mensuração do indicador, em virtude da resolução que estabelece a politica de segurança institucional estar em fase de tramitação; Deliberado pelo COGEST que o planejamento das ações de segurança deverá ser submetido para apreciação da Presidência até o dia 24/ago. 	
institucional (SEI 0015199-14)		
ID13.1 - Quantidade de processos pendentes de julgamento que importem em restrições à diplomação e ao exercício de mandato eletivo		
ID14.1 - Controle de cumprimento		

do prazo de julgamento de processos que importem em restrições à diplomação e ao exercício de mandato eletivo, no período analisado

ID15.1 - Mede a eficiência de julgamento de processos do tribunal em um período quantitativo, em valores percentuais, de processos baixados, em relação ao quantitativo total de casos novos que ingressaram, somados com o quantitativo do estoque pendente de julgamento, ao final do exercício anterior (SEI 0015223-42)

- Ressaltado pela CRE que a sucessão de gestão na SEPE prejudicou a mensuração e análise gerencial do indicador, evidenciando a necessidade de sistematizar a rotina de gerenciamento de metas nacionais e indicadores estratégicos na CRE. Prazo para sistematizar a rotina: 30/ago;
- Informado que a implantação do PortCRE facilitará a captação dos dados e realização da análise crítica;
- Foi prejudicada a apresentação porque se encontra em andamento o levantamento dos dados estatísticos e análise crítica dos resultados dos indicadores. Deverão ser apresentados na reunião do COGEST agendada para o dia 13/jul;
- A ASPLAN registrou a preocupação com a demora na apresentação dos resultados dos indicadores, que podem prejudicar a tomada de decisão por parte da Presidência e Gestor de Metas.

Gestão dos resultados estratégicos de litigiosidade - 2º Grau

 Avaliado pelo COGEST a necessidade de atuação do COJUR, como forma de melhorar a gestão dos resultados estratégicos de litigiosidade do 2º Grau;

ID13.2 Quantidade de
processos
pendentes de
julgamento que
importem em
restrições à
diplomação e ao
exercício de
mandato eletivo
(SEI 0015357-69)

- Apresentado pela SJ os resultados relativos ao indicador, sendo registradas as seguintes informações:
 - Registrado que dos 12 processos pendentes de julgamento, 5 (cinco) processos já se encontram com prazos de julgamentos extrapolados. O resultado alcançado foi de 42%;
 - Registrada a necessidade de priorizar o julgamento dos processos que não estão com os prazos extrapolados, para que haja melhoria no desempenho de julgamento dos respectivos processos;
 - Ressaltado que os processos de competência recursal, a distribuição é feita por classe processual, sem levar em consideração os

assuntos;

 Registrado pela SJ que o PJe a sistemática irá ser alterada, pois tem peso tanto para classe quanto para assunto.

ID14.2 - Controle de cumprimento do prazo de julgamento de processos que importem em restrições à diplomação e ao exercício de mandato eletivo, no período analisado (SEI 0015357-69)

- Apresentado pela SJ os resultados relativos ao indicador, sendo registradas as seguintes informações:
 - Registrado que houve no período 16 processos julgados, dentre os quais 8 processos (50%) foram julgados fora do prazo;
 - Foi ressaltada pela DG a necessidade dos resultados dos indicadores serem apresentados aos Desembargadores, fato que será analisado junto à Presidência do Tribunal.
- Resultado da análise crítica dos Gabinetes dos Desembargadores:
 - Ref. a processos que importam em restrições à diplomação e ao exercício de mandato eletivo

Pontos que contribuíram:

- priorização dos processos;
- triagem e direcionamento na execução dos trabalhos a serem desenvolvidos pelos servidores dos gabinetes;
- empenho e comprometimento das equipes dos gabinetes;
- acompanhamento, pelos gabinetes, dos processos que se encontram em setores externos, com o fito de diligenciar, se necessário, para agilizar o seu andamento;
- designação de Membro deste Regional para atuar como gestor de metas e indicadores;
- boa estrutura dos gabinetes;
- disponibilização de estagiários para atuação nos gabinetes;
- acompanhamento semanal dos processos distribuídos e conclusos.

Análise Crítica apresentada pelos Gabinetes dos Desembargadores IDs 13 e 14

Pontos que dificultaram:

o tempo estipulado para atingimento da meta
 – três meses - não é razoável, quando se leva em conta que os processos são de maior complexidade, demandando um estudo minucioso do caso;

- o fato de que, muito embora o prazo a ser cumprido comece a contar desde a interposição do feito/recurso, a conclusão para efetivo julgamento somente ocorre após os autos regressarem da Procuradoria Regional Eleitoral;
- alguns dos processos que se inserem nesta meta apresentam a figura do revisor, de maneira que o tempo em que os autos permanecem em revisão é contabilizado para o relator, quando é certo que se trata de dupla análise a ser feita (relator e revisor), de processo de maior complexidade;
- demora do processo na Procuradoria Regional Eleitoral;
- demora na definição da relatoria a qual seria distribuída o processo.
- A DG irá solicitar, até 29.jun, aos Assessores dos Gabinetes a necessidade de identificar os fatores que estão impactando no alcance das metas para estruturar a apresentação das informações para o Presidente do Tribunal.
- Apresentado pela SJ os resultados relativos ao indicador, sendo registradas as seguintes informações:
 - Foram atuados no 1º quadrimestre 121 processos e julgados 120. Considerando a existência de 395 processos pendentes de baixas, o resultado institucional no quadrimestre é de 77%, bem acima da meta;
 - Registrado que, em virtude do processo eleitoral, há um aumento considerável de processos novos que deverão ser julgados no exercício, proporcionando melhoria do resultado.
- Análise crítica do Gabinetes dos Desembargadores:

Pontos que contribuíram:

- rápida triagem e direcionamento na execução dos trabalhos a serem desenvolvidos pelas servidores dos gabinetes;
- empenho e comprometimento das equipes dos gabinetes;
- acompanhamento, pelos gabinetes, dos processos quando se encontram em outros setores, com o fito de diligenciar, se necessário, para agilizar seu andamento;
- designação de Membro deste Regional para atuar

ID15.2 - Mede a eficiência de julgamento de processos do tribunal em um período quantitativo, em valores percentuais, de processos baixados, em relação ao quantitativo total de casos novos que ingressaram, somados com o quantitativo do estoque pendente de julgamento, ao final do exercício anterior (SEI 0015357-69)

como gestor de metas e indicadores;

- boa estrutura dos gabinetes;
- disponibilização de estagiários para atuação nos gabinetes;
- empenho e comprometimento dos servidores;
- acompanhamento semanal dos processos distribuídos e conclusos;

Pontos que dificultaram:

- no quadrimestre analisado se percebeu que houve retenção, por longo tempo, dos processos em setores de análise necessária e precedente ao julgamento, impossibilitando que, no prazo devido, os relatores já estivessem com os feitos em condições de julgamento;
- retenção de processos em algumas unidades envolvidas no regular trâmite da demanda, tanto interna quanto externamente a este Regional;
- mora no andamento do processo nas fases que precedem a conclusão ao relator, tanto interna quanto externa a este Regional.

Dificuldades enfrentadas pela SJ:

- ausência de oficiais de justiça no quadro do Tribunal e grande demanda de mandados, implicando na necessidade de deslocamento de servidores da unidade para o seu cumprimento e, consequentemente, prejudicando o desenvolvimento de suas atribuições regulares;
- dificuldades com os serviços dos Correios (demora na entrega e na devolução dos avisos de recebimento; erros durante a execução do serviço, como, por exemplo, correspondências com serviço de "Mão Própria" entregue a terceiros);
- quadro reduzido de servidores concorrente com acúmulo de atribuições.

Melhorias:

- implantação do Processo Judicial Eletrônico, que apesar de inicialmente gerar dificuldades (necessidades de ajustes no sistema e treinamentos, etc), a longo prazo, tende a agilizar a tramitação dos processos;
- viabilização de intimações e citações por meio eletrônico;
- em decorrência da implantação do Pje, não há mais possibilidade de retenção do processo na Procuradoria Regional Eleitoral, uma vez que, decorrido o prazo, o próprio sistema registra o decurso e processo segue o seu fluxo normal.

	- indicação, pela DG, de formação de "força-tarefa" para agilizar análise de processos de prestação de contas partidárias anuais.
ID28 - Índice de Eficiência do Planejamento de Contratações (SEI 0015403-58)	 A SOF, no acompanhamento do PCI marcou reunião com as unidades para indicarem melhorias e dificuldades na execução do plano para o dia 25/jun. Resultado foi anexado ao SEI específico do indicador (doc. 0649709).
ID29 - Índice de Execução do Orçamento Disponível (SEI 0015403-58)	 Foi realizada pela SOF a seguinte melhoria: adequação do percentual à execução por quadrimestre e não mais por ano. Quadro do indicador anexo ao SEI 0015403-58 (doc. 0655465). Resultado do indicador anexo ao SEI específico (doc. 0657038).
ID29B - Índice de acompanhamento da execução financeira (SEI 0015403-58)	 Foi realizada pela SOF a seguinte melhoria: adequação do percentual à execução por quadrimestre e não mais por ano. Quadro do indicador anexo ao SEI 0015403-58 (doc.0655465). Resultado do indicador anexo ao SEI específico (doc. 0657041).
ID30A - Índice de Cancelamento de Restos a Pagar (SEI 0015403-58)	 Foi realizada pela SOF a seguinte melhoria: indicação de informação de restos a pagar cancelados e do efetivamente pagos. Quadro do indicador anexo ao SEI 0015403-58 (doc.0655465). Resultado do indicador anexo ao SEI específico (doc. 0657045).

CERTIDÃO

Certifico que, na presente ata, estão evidenciadas as deliberações tomadas na reunião do Comitê de Gestão Estratégica - COGEST, ocorrida nesta data, da qual participaram e anuíram com os seus termos os servidores deste tribunal acima identificados.

Recife, 25 de junho de 2018.

Isabela Landim

Diretora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO**, **Secretário (a)**, em 09/07/2018, às 09:02, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO**, **Secretário (a)**, em 19/07/2018, às 12:22, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA**, **Diretor(a) Geral**, em 19/07/2018, às 15:24, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO SÉRGIO JAPIASSÚ CORREIA LIMA**, **Coordenador(a) da EJE**, em 20/07/2018, às 13:50, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trepe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0649444** e o código CRC **D6429155**.